

Mercado s/a

Correio Braziliense - Economia - 19/08/2020

Ao tornarem públicas suas divergências em torno da condução das contas públicas, em especial, do teto de gastos, o presidente e o ministro deram uma dimensão exagerada ao tema e abriram espaço para que os aventureiros mostrassem a cara e os especuladores fizessem a festa

A chance que Bolsonaro e Guedes perderam de ficar calados

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente Jair Bolsonaro perderam uma grande oportunidade de ficarem calados. Ao tornarem públicas suas divergências em torno da condução das contas públicas, em especial, do teto de gastos, deram uma dimensão exagerada ao tema e abriram espaço para que os aventureiros mostrassem a cara e os especuladores fizessem a festa. Até o embate, que explicitou a fragilidade de Guedes dentro do governo, a preocupação dos agentes econômicos com a gastança federal estava sob total controle.

Entre os economistas mais otimistas e os menos confiantes ante os rumos do país, há poucas divergências na questão econômica. A percepção é de que o ritmo de recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) está mais forte do que o esperado, a inflação está sob controle, os juros reais estão negativos e, de quebra, o mundo vem ajudando o país. Portanto, a grande dúvida que paira sobre a cabeça de todos é política. E essa questão foi superdimensionada quando Bolsonaro sinalizou que já não estava mais fechado com seu Posto Ipiranga e começava a se pautar pelo grupo liderado pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, defensor da abertura dos cofres para investimentos em obras mirando as eleições de 2022.

O que todos querem saber, agora, é se vai prevalecer a gestão responsável das contas públicas. Guedes é visto como símbolo dessa responsabilidade fiscal, mas não, necessariamente, significa que ele é intocável. Seja quem estiver no comando do Ministério da Economia, é importante o compromisso com o teto de gastos, pois há muita coisa em jogo: as despesas previstas no Orçamento de 2021, a prorrogação ou não do estado de calamidade por mais um ano, a manutenção do auxílio emergencial e em que valor. Se o governo der respostas claras e consistentes a esses pontos, o estresse diminuirá — e muito.

Para grande parte dos economistas, muito provavelmente, o teto de gastos estourará no ano que vem entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões, valores perfeitamente administráveis dentro do Orçamento da União e porque gatilhos previstos em lei poderão ser acionados. Ou seja, será possível evitar o rompimento efetivo das despesas. O problema, de verdade, será em 2022, ano eleitoral. É aí que a política entra de novo, pois Bolsonaro só pensa na reeleição. Ao explicitarem suas divergências, o presidente e o Guedes mexeram com o que há de pior entre os agentes econômicos: a desconfiança. Agora, precisam dar uma resposta rápida de que não estão dispostos a aventuras.

O descompasso entre discurso e prática

É curioso ver como a tensão demonstrada pelos investidores diante da possibilidade de o governo se render à gastança não conversa com as projeções para a economia. A média dos analistas trabalha com crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto em 2021.

Se fosse o caso de explosão da dívida, certamente o dólar já estaria acima de R\$ 6, a Bolsa de Valores muito abaixo dos 100 mil pontos e os juros futuros, nas alturas — as taxas subiram recentemente, mas porque estão muito baixas e os operadores resolveram cobrar um prêmio maior pelos riscos.

Verdade seja dita: para tudo piorar rapidamente, não apenas nas palavras de investidores e analistas, basta o governo sair da linha e rasgar de vez o compromisso com o equilíbrio fiscal. O mercado acostudou-se com as contas públicas no vermelho desde 2014. Mas, daí a aceitar estripulias, a diferença é grande.

Nem os mais pessimistas falam em ruptura

Na conversa que os economistas tiveram, ontem, com três diretores do Banco Central, ficou claro que nenhum dos presentes traçou um quadro de ruptura, com o governo optando por mergulhar de vez no populismo. Mesmo entre os profissionais mais pessimistas, como os do Santander e do BNP Paribas, nada de muito diferente da média foi observado.

Dos quase 40 presentes no encontro trimestral em São Paulo, ninguém disse acreditar na queda do teto de gastos. Acreditam, sim, que as pressões por mais gastos estão aumentando e que o presidente Jair Bolsonaro retomou parte do modelito que costumava desfilas no Congresso, de defensor de mais despesas e de Estado inchado.

Todos, sem exceção, preveem um 2021 melhor do ponto de vista econômico, a despeito das ressalvas feitas por uma ala de que o desemprego aumentará e o Brasil vai se deparar com seus problemas de sempre: baixa produtividade da mão de obra, infraestrutura deficiente e ambiente hostil aos negócios.

Banco Central descarta corte de juros em setembro

Único diretor do Banco Central a falar na reunião trimestral com economistas, Fabio Kanczuk indicou que, dificilmente, o Comitê de Política Monetária (Copom) cortará a taxa básica de juros (Selic) em setembro. E olha que ele era o maior defensor dentro da instituição para que a Selic, que está em 2% ao ano, fosse levada a 1%.

Kanczuk foi enfático em relação aos riscos fiscais que se colocaram no caminho do BC, ainda que acredite no compromisso do governo de não deixar as contas públicas desandarem. Daqui por diante, a ordem dentro da autoridade monetária é mapear todas as despesas do governo e evitar que o Brasil repita a quebrada Argentina.

Não há porque o BC ficar testando juros de 1,75% ou de 1,5% ao ano quando há preocupação com a sustentabilidade da dívida pública, com a inflação dos produtos comercializáveis (tradables) subindo — são os serviços que estão mantendo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no chão — e com a desconfiança em alta.

Rapidinhas

Um grupo de economistas decidiu lançar um manifesto em defesa do fim do teto de gastos. Até o fechamento da coluna, o documento, liderado, entre outros, por Monica de Bolle, já tinha quase 100 assinaturas.

A Prudential do Brasil, maior empresa independente do país no ramo de seguros de pessoas, fechou parceria com avitality, principal plataforma de mudança de comportamento do mundo, que incentiva as pessoas a fazerem escolhas mais saudáveis.

Subiu a temperatura na disputa entre deputados que devem votar, nesta semana, o PL 6407. O projeto fixa o novo marco regulatório do mercado do gás. As distribuidoras do insumo nos estados, contrárias ao PL, tentam uma última cartada: alterar dispositivos do texto. “Elas falam em universalizar o gás, mas, na realidade, não querem abrir o mercado. A concorrência significaria o fim do seu privilégio, que só prejudica os consumidores e o país”, diz Milton Rego, presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal).

No caso do alumínio, o gás é utilizado, principalmente, nos fornos que fundem o metal para a reciclagem. “Sem concorrência, pagamos uma das tarifas mais caras do planeta”, diz o presidente da Abal. O preço da molécula de gás no Brasil para uso industrial gira em torno de US\$ 14 por milhão de BTUs – o dobro do custo na Europa (US\$ 7) e sete vezes o dos Estados Unidos (US\$ 2).